REGISTRO DAS REUNIÕES COM OS ÓRGÃOS FEDERAIS QUE ELABORARAM OU ESTÃO ELABORANDO PLANOS NACIONAIS.

MCidades/SNH - Júnia Santa Rosa e Flavio Henrique Ghilardi
MCidades/SNSA – Sérgio Gonçalves, João Carlos Machado, Rodrigo Fraga Massad, Cassiana Montesião de Sousa, Luana Emanuelle Silva e Jane Fontana.
MMA/SRHU/DAU- Silvano Silvério da Costa, Marcos Pellegrini Bandini, Claudia M. F. de Albuquerque e Hidely Grassi Rizzo
M. Integração Nacional - Julio Miragaya e Michael Vinicius Sizilio Perón
MMA/SEDR - Mariana Alvarenga do Nascimento
MMA/SEDR/Coordenadoria de Combate a Desertificação -José Roberto da Silva
Consultora e relatora - Otilie Macedo Pinheiro

Abertura: Sergio Gonçalves – Diretor da SNSA

Estamos no início de elaborar o Plano Nacional de Saneamento Básico que tem o desafio de integrar as 4 áreas do saneamento, principalmente resíduos e drenagem. Temos limite da equipe, ausência de especialistas na SNSA inclusive na elaboração de planos. Outro limite é o que podemos, queremos e conseguiremos fazer dentro da competência federal que, diferentemente na área ambiental é apenas de dar diretrizes nacionais. A competência é principalmente dos municípios que na sua maioria são dos titulares das ações de saneamento. O plano terá diagnóstico, indicadores, diretrizes e caberá ao governo federal colocar recursos para apoiar técnica e financeiramente os municípios. Temos mandato do conselho das Cidades de ter o plano até o final do ano, e fazer uma grande campanha para apoiar os planos municipais que deverão estar concluídos em 2009.
Fizemos algumas reuniões internas e agora externas à SNSA, mas ainda a nível de governo. Estamos na fase de escuta de experiências de vários órgãos dos governo que já vem trabalhando com planos. Queremos aprender com vocês, que tipo de documento, com que metodologia e etapas, com que conteúdo? Quais instrumentos que estudos feitos e podem nos subsidiar? Também estamos ouvindo especialistas voluntários na construção deste processo e contratamos uma consultora, Otilie Pinheiro, para apoiar a construção da metodologia de elaboração do plano para apresentar ao Concidades em junho.

João Carlos assume a coordenação, agradece e apresenta os objetivos da reunião e distribui cópia das questões orientadoras que foram enviadas aos palestrantes como roteiro da discussão, para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico. E convida o MMA a apresentar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

1. **PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Apresentação: Luiz Augusto Bronzatto
Apoio: Marco Neves (que acompanhou o processo desde 1999)

Agradece o convite e diz que sua apresentação segue o roteiro de questões, muito pertinentes, preparado pela DARIN/SNSA.

Começa pela questão sobre a natureza do plano – se é normativo ou estratégico – e responde que é ambos. É normativo pois nasce de uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos mas é também estratégico, um pacto territorial que tem um horizonte de 15 anos e traz diretrizes e metas de médio e logo prazo, e monitoramento. Ressalta ainda que o planejamento não é episódico, é um processo dinâmico, flexível.

Antecedentes Históricos

Vários fatos históricos, no âmbito nacional e internacional criaram uma ambiência favorável para a construção do plano:

No âmbito internacional:

1992 - *Conferência de Dublin* que estabeleceu quatro princípios para a gestão sustentável da água: (i) a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente; (ii) o seu gerenciamento deve ser baseado na participação dos usuários, planejadores e formuladores de políticas, em todos os níveis; (iii) as mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na proteção da água; e (iv) o reconhecimento do valor econômico da água.

1992 - *ECO-92* - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)**,** realizada no Rio de Janeiro estabeleceu a *Agenda 21* que dedicou o Capítulo 18 à "Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos e Aplicação de Critérios Integrados do Desenvolvimento, Manejo e Uso dos Recursos Hídricos"

2000 - *Declaração do Milênio*, aprovada na *Cúpula do Milênio* das Nações Unidas, realizada em em Nova York, reflete as preocupações de Chefes de Estado e de Governo de 191 países. Os "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" compreendem oito macro-objetivos a serem atingidos até 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade. A Meta nº 7 - garantir a sustentabilidade ambiental – desdobra-se em outras metas relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos.

2002 - *Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* de Joanesburgo, na África do Sul, teve o objetivo de discutir os progressos alcançados na implementação da Agenda 21, desde sua aprovação. Pactua o compromisso dos países de elaborar seus Planos Nacionais de Gestão Integrada de Recursos Hídricos até 2005.

No âmbito Nacional

1995 - *Criação do Ministério do Meio Ambiente* e da Secretaria de Recursos Hídricos

1997- Aprovação da Lei 9433 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, fundamentada: na água como bem de domínio público dotado de valor econômico; na gestão descentralizada e participativa que privilegia o uso múltiplo dos recursos hídricos; na bacia hidrográfica como unidade de implementação da Política. Estabelece a atuação do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e institui o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) como instrumento da política.

- O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) inicia suas atividades, competindo-lhe promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e acompanhar a execução e aprovar o PNRH.

1999 - é criada a Câmara Técnica específica do plano no CNRH - CT-PNRH

2000 - é criada a Agência Nacional de Águas (ANA) como Agência implementadora da Política

- A 5ª Reunião Ordinária do CNRH apresenta as diretrizes para elaboração do PNRH

Processo de Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos

1 – Institucionalização

2001 – criação do **GTCE** - *Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do PNRH* (proposto pelo CT-PNRH), constituído por técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH/MMA) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

2003 - É estruturado o *processo metodológico* do PNRH e definida sua *coordenação* que fica a cargo do MMA (Decretos 4.755/2003, 5.776/2005, 6.101/2007);

- Resolução nº 32 do CNRH aprova a *Divisão Hidrográfica Nacional* – em 12 regiões hidrográficas que pode coincidir com bacias hidrográficas (como a do São Francisco e Araguaia/Tocantis); ser formadas por conjuntos de bacias com características comuns (bacias do Atlântico) ou parte de bacias (Amazônica, Paraná que abrangem outros paises).

- é apresentado o *Documento Base de Referência* (DBR) - **o plano do plano**- ao Conselho.

2004 - o Plano é definido como prioridade política do MMA.

- É estabelecido o escopo técnico e metodológico do PNRH,

- estruturada a equipe interna (uma gerência com 15 pessoas + 2 consultores) para o desenvolvimento do processo do PNRH e apresentada nova versão do DBR.

2 - Pilares da metodologia

O conselho é instância máxima do sistema e foi base para a metodologia de elaboração e articulação do Plano que tinha como um dos viezes o fortalecimento do sistema – SINGREH – nos vários níveis. A SNRH é também a secretaria executiva do Conselho.
Tinha um debate recorrente: o plano é federal ou nacional? Ficou entendido que o plano é nacional e instrumento de afirmação do sistema nacional de gerenciamento de RH. E o plano deveria ser elaborado nos 3 âmbitos - nacional, estadual, e bacias hidrográficas - sem hierarquia e aprovados em âmbitos diferentes, respeitando as dominialidades. A principal ordem de comando é articulação e o desafio a integração. O PNRH dá as diretrizes e é norteador de programas e ações do âmbito nacional.

2.1 - Condicionantes à definição do processo de construção do PNRH (lei 9.433/97)

Classificou em 3 categorias : Condições de contorno estabelecidas; Desafios processuais impostos e Complexidade sistêmica

Condições de contorno para a elaboração do PNRH

- Proporcionar os usos múltiplos
- Considerar a bacia hidrográfica como unidade territorial para a gestão
- Prezar a gestão descentralizada e participativa
- Incentivar a construção de pactos de montante/jusante em uma bacia
- Buscar a compatibilização da qualidade das águas com os usos preponderantes
- Incentivar o uso racional e integrado dos recursos hídricos
- Objetivar a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos
- Fundamentar e orientar a implementação da Política e do gerenciamento de recursos hídricos
- Reduzir os conflitos reais e potenciais pelo uso da águas
- Reduzir os riscos e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos críticos
- Internalizar a importância da conservação da água como valor sócio-ambiental relevante
- Considerar as especificidades regionais
- Considerar as políticas dos principais setores usuários de recursos hídricos

Desafios processuais

Considerando a abrangência e heterogeneidade do país, o plano deveria ser construído de forma descentralizada, participativo, com consistência técnica. A cada

etapa do processo participativo explicitar no início aonde se quer chegar; fornecer base técnica e informação inicial para subsidiar o debate e as decisões.
O sistema não estava implementado em todos os estados, particularmente no Norte e Centro Oeste.

Complexidade sistêmica – Elenca 10 variáveis da água a serem consideradas e a interrelação entre estas variáveis: hídrica, econômica, ambiental, espacial, ciência e tecnologia, saúde e desenvolvimento humano, sócio-cultural, política, demográfica, legal e instituciona.l

2.2 - *Definição metodológica*

A questão central para definição da proposta metodológica *foi e*stabelecer um processo que ampliasse a consulta à sociedade brasileira respeitando as instâncias do SINGREH, sem ficar restrita às mesmas, incorporando os distintos "níveis de amadurecimento" da gestão dos recursos hídricos nas Regiões Hidrográficas, e mantendo uma dinâmica executiva.

E estabelecer um ambiente de negociação buscando a construção de pactos em relação às ações com reflexos sobre os recursos hídricos, respeitando o prazo limite de 2005 (compromisso de Joanesburgo).

Considerou-se a base legal estabelecida; o SINGREH, a busca da efetividade do plano e os 3 grupos de condicionantes do item anterior. E definiu no processo de elaboração:

- O arranjo organizacional
- O processo de participação popular: vertente regional e nacional
- O planejamento estratégico por cenários como metodologia estruturadora

Funções	Espaços e Atores			
Apreciar e deliberar	Conselho Nacional de Recursos Hídricos			
Coordenar o processo de elaboração	Secretaria de Recursos Hídricos - MMA			
Espaços de elaboração e discussão	CT-PNRH	Oficinas Nacionais	CERs	Encontros públicos – DF e estados
Desenvolver a base técncia	GTCE (ANA + SRH)			
Participar e discutir	Representantes do governo federal, dos sistemas estaduais de recursos hídricos, usuários da água e da sociedade civil			

3. Discussões públicas:

São estabelecidas 2 vertentes de construção do plano: a vertente regional e a vertente nacional

3.1 - V*ertente regional*

Estruturada em 12 Comissões Executivas Regionais – as **CER**s – correspondentes às 12 RHs. As CERs eram compostas de 16 membros (com exceção da Amazônica com 24) sendo ¼ do sistema estadual SERH (conselhos, comitês, órgãos gestores, agências de bacia), ¼ de representantes dos usuários integrantes do SINGREH ; ¼ das organizações sociedade civil integrantes do SINGREH e ¼ de representantes do governo federal e ainda um representante dos comitês de bacias nacionais e um representante dos Fórum de bacias, que agregam os comitês de bacias, os órgãos dos SINGREH (conselhos estaduais, representantes dos usuários e sociedade civil).

O processo de articulação das CERs iniciou em março 2004 com a apresentação da dinâmica de articulação regional ao fórum de Secretários Estaduais de Recursos Hídricos que mobilizou para a indicação dos membros do sistema estadual; (teve papel na rearticulação do Fórum). Em junho foi feita reunião com representantes do gov federal com assento no CNRH objetivando o preenchimento das vagas dos órgãos federais nas CERs (para aprofundar o diálogo recursos hídricos - meio ambiente buscou-se ter representação do Ibama no máximo possível de comissões regionais). No mesmo mês, apresentação do processo do plano no VI Fórum Nacional dos Comitês de Bacias dos rios de domínio da União e aos 120 comitês de bacias estaduais que se estruturam num fórum nacional. Um representante de cada bacia foi indicado para uma CER.

Em novembro de 2004 com a portaria 274 e em encontro nacional foram instaladas as 12 CERs, e foi pactuada atividades, agenda. Foi entregue o termo de referência para a elaboração dos cadernos regionais de recursos hídricos para sugestões. (contendo diagnóstico de cada região hidrográfica e elaborados por consultores contratados preferencialmente na região).

Em cada CERs foram pomovidas 2 rodadas de reuniões e um seminário regional.

A primeira rodada de reuniões, em junho de 2005, teve como agenda:

- apresentação da “Metodologia de Cenarização” com a entrega da matriz de variáveis para preenchimento e proposição dos cenários regionais pelas CERs;
- definição da sistemática do Seminário Regional (indicação dos convidados e discussão);
- Apresentação do Plano de Trabalho dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos;
- Re-pactuação do cronograma de atividades das CERs.

E trouxe sugestões para o plano de trabalho e para construção dos cenários.

A segunda Rodada de Reuniões – ago-set de 2005, teve como agenda:

- Avaliação e ajustes no resultado das contribuições das CERs ao cenários com a identificação de condicionantes futuros e incertezas da região;
- Avaliação do processo de indicação dos convidados para o Seminário Regional;
- Apresentação e discussão da primeira versão do Caderno Regional.

Seminários Regionais nas 12 RH – em set-out de 2005 tiveram como agenda de trabalho:

- Apresentação das atividades desenvolvidas pelas CERs;
- Debates sobre a segunda versão dos Cadernos Regionais;
- Debates sobre os aspectos prioritários e propostas da região ao PNRH.

Além das contribuições trazidas no debate teve o papel de aumentar o envolvimento dos atores do SINGREH no processo. Cada membro do CER indicou 3 participantes aos seminário. As despesas dos participantes da sociedade civil foram bancadas pela SRH.

27 Encontros Públicos Estaduais realizados em outubro de 2005 nos 26 Estados e no Distrito Federal com a seguinte agenda de trabalho:

- Apresentação do processo de construção do PNRH
- Identificação de propostas de diretrizes, metas e programas a serem encaminhadas ao PNRH

Tiveram o papel de envolver a sociedade civil no processo.

3.2 Vertente Nacional

Com discussões setoriais e temáticas de abrangência nacional e questões de inserção global, de interface com outras políticas

Oficinas Setoriais

O processo de construção nacional do plano iniciou em março de 2004 com uma oficina "Aspectos Ambientais e Recursos Hídricos interna aos técnicos do MMA e do IBAMA. Em 2005, duas oficinas "Ampliando o debate em torno das águas no Brasil" a primeira com a sociedade civil do CNRH, das CERs e indicados do FBOMS e a segunda com representantes dos usuários do CNRH e órgãos federais.

Oficinas Temáticas

- Gênero e Água - com representantes do FBOMS, GWA e especialistas;
- Aspectos Tecnológicos para Captação e Manejo das Águas de Chuva - representantes da sociedade civil do CNRH e do Ministério das Cidades;

- Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – Minist. de Relações Exteriores, CT-GRHT e membros das CERs de região de fronteira.
- Aspectos Político e Sócio-Culturais e a Água

Seminário Nacional de consolidação de Diretrizes e Programas do Plano que teve como agenda de trabalho:

- Apresentação da consolidação dos trabalhos técnicos e das atividades de articulação;
- Debate sobre a proposta de Diretrizes e Programas para o PNRH, apresentada pela SRH/MMA;
- Debate e detalhamento das ações a serem contempladas nos programas.

No processo de participação regional, foram criadas as 12 CERs realizadas 24 reuniões e 12 seminários regionais das CERs. No âmbito dos estados e DF, foram 27 encontros públicos estaduais. Foram produzidos relatórios com as propostas de todos estes eventos e 12 Cadernos Regionais de Recursos Hídricos.
No âmbito nacional foram realizadas 7 oficinas e um seminário. E produzidos 5 caderno setoriais e relatório das oficinas e das proposições do seminário nacional.
Todo o processo mobilizou 7000 pessoas e tudo que foi feito foi pactuado no ambiente da Câmara Técnica do Conselho

PARTE II

1. Etapas e fases do processo de Construção do Plano

A – Sensibilização, envolvimento e mobilização social
- Plano de Comunicação
- Programa de Mobilização Social
- Sensibilização de atores

B – Estruturação do Arranjo Institucional e da Base Técnica
- estabelecimento do escopo técnico
- estabelecimento das CREs
- concepção do sistema de informações do PNRH
- concepção da página eletrônica do Plano Nacional de RH

(obs. CT-PNRH, GTCE, Gerência especifica com 15 membros)

C – Discussão Nacional
- Realização das Oficinas temáticas e setoriais

D – Estudos Nacionais e Regionais de Apoio ao PNRH
- Elaboração de Estudos Nacionais
- Estabelecimento das CRÊS
- Elaboração dos Cadernos Regionais de Recursos Hídricos

E – Discussão e Contribuições Regionais
- realização seminários regionais de prospectiva (cenarização)
- Contribuições regionais aos cenários nacionais

F- Consolidação de cenários
- análise morfológica

- encontros públicos estaduais
- discussão em câmaras de negociação
- consolidação dos cenários com horizonte de 2020
- pactuação do cenário no CNRH – Aprovação

G – Diretrizes, Metas e Programas
- Elaboração dos estudos prospectivos
- Discussão na câmara de negociação (CT-CNRH ??)
- Proposição Diretrizes, Metas e Programas
- Consolidação das Diretrizes, Metas e Programas
- Pactuação e Aprovação das Diretrizes Metas e Programas

H – Lançamento
- Preparação das publicações
- lançamento com a presença do presidente

2. Produtos:
Vol. 1 – Análise Diagnóstica – consolidou a base técnica de apoio ao processo de consultas
Vol. 2 – Análise Prospectiva – explicitou 3 cenários prováveis para os recursos hídricos no horizonte temporal 2005-2020.
Vol. 3 e 4 - Planejamento e Definição de Estratégias – definidas diretrizes, programas e metas do plano.
Plano de Metas Emergenciais – Objetiva o cumprimento das 6 metas emergenciais do PNRH:
- Meta 1 – estratégias (res. 67/06 do CNRH)
- Meta 2 – SIGEOR- sistema de gerenciamento (res. 69/06 do CNRH)
- Meta 3 – implementar o SIGEOR (2007)
- Metas 4 e 5 – Programas I a VII (res. 80/06 do CNRH)
- Meta 6 – detalhar programas VIII a XII (2008)

Alcance dos objetivos: "Crescimento da consciência ambiental e percepção,pelos atores da importância dos recursos hídricos, enquanto elemento estruturante da implementação das políticas setoriais e de bem estar social".
Ameaça aos objetivos: "conjugação de grande expansão das atividade econômicas e urbanas com um sistema de gestão de recursos hídricos ainda pouco operativo.

Elementos conceituais na definição de Diretrizes e Programas:
O Plano tem caráter dinâmico, multidisciplinar, flexível, participativo e permanente para garantir sua sustentabilidade.

Formas de organização das diretrizes, recomendações e princípios.
As proposições da fase de discussão pública,vieram em forma bruta.
Foram então agrupadas segundo temas de interesse do plano em 5 "perspectivas de análise": Conceitos e políticas regentes das ações do PNRH; Inserção espacial e cenários prospectivos de desenvolvimento; contexto intra e intersetorial da gestão de recursos hídricos; natureza dos problemas de recursos hídricos; outras abordagens temáticas.

Depois foram traduzidas em possíveis macro-diretrizes e linhas programáticas que constituem a base para a consolidação dos programas que devem estruturar o Plano Nacional de Recursos Hídricos. (quadro com 64 macro diretrizes, programas e subprogramas; ações institucionais e estruturantes, e ações físicas)

Componentes do PNRH:
1 – Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos
2 – Articulação Intersetorial, Inter e Intrainstitucional
3 – Programas Regionais de Recursos Hídricos
4 – Gerenciamento da Implementação do PNRH

Estruturação do SIGEOR - Sistema de Gerenciamento do Plano estratégico e Tático (ver quadro)

Fluxograma do planejamento

Processo de planejamento/monitoramento:
- relatórios anuais e revisões quadrienais (antecede PPA)
- Conselho e SIGEOR

Algumas sugestões

- Cocatenar os tempos sociais, a diversidade regional, o tempo político e o tempo técnico e administrativo
- dinâmica do processo de liberação de recursos financeiros deve ser compatível com o cronograma de ações desenhado;
- SINGREH não está totalmente implementado, portanto deve-se respeitar os diferentes estágios de implementação da política se faz necessário;
- respeitar as peculiaridades regionais;
- uma alternativa para dar efetividade ao processo, principalmente no cumprimento de prazos e ao mesmo tempo proporcionar apropriação do processo pela equipe técnica seria concatenar a contratação de empresas de consultoria com consultores externos (seniores);
- pensar em uma estrutura somente para a parte administrativa;
- clara definição metodológica pactuada em instâncias de decisão;
- envolver parlamentos e imprensa;
- respeitar as instâncias do sistema para as articulações;
- garantir estrutura técnica para continuidade;
- desenhar e pactuar o “plano do plano”.

Quanto custou – aproximadamente 5 milhões de várias fontes

Situação dos planos estaduais (nada – RO/RR/AP/RJ/ES)

2. PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO

Apresentação: **Júnia Santa Rosa**– Diretora do Departamento de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da SNH e coordenadora nacional do PlanHab

O Plano Nacional de Habitação já foi apresentado em outra ocasião vou me ater às perguntas formuladas pela SNSA.

O primeiro aspecto na elaboração do plano diz respeito a uma fragilidade. A política habitacional não é de competência institucional exclusiva da Secretaria Nacional de Habitação/Ministério o que exige articulação com outros atores do Governo Federal. O Ministério tem responsabilidade exclusiva apenas pela habitação de interesse social. A parte de habitação de mercado ficou com o Conselho Monetário Nacional e no Ministério de Planejamento. No tripé de construção da política o "pé" financiamento, o equacionamento de recursos além do OGU, indispensáveis para se ter uma fonte permanente e sustentável de recursos, fica nos Ministérios da Fazenda e Planejamento (p.e. a conta subsídio). (item 6)
Isto tem origem na própria criação do Ministério e na construção da política marcada pela dinâmica dos movimentos sociais e com a ausência dos demais segmentos
Os recursos do OGU vão na sua maioria para urbanização de favelas (no PAC representam 75% dos recursos de habitação)
Destaca a nova conjuntura com o crescimento do interesse do setor empresarial em habitação para as faixas de até 5 SM, e pressão dos empresários para liberar recursos de subsídio e do FGTS para produção.
O interesse de empresários e bancos a investir no setor deve-se a uma série de fatores: o crescimento da economia, a crise nos EUA, a mudança da legislação do SBPE. E também saber que a demanda futura está nesta faixa.
Não conseguimos transformar em lei a minuta da política habitacional proposta no caderno IV do Ministério que englobaria todos os aspectos, segmentos e arranjos federativos.
Outra limitação é a grande dificuldade de achar perfis profissionais que entendam da questão habitacional de forma ampla. Que entendam a questão jurídica, de financiamento. Os instrumentos disponíveis hoje são importantes mas são suficientes. O tema habitação é complexo. É um híbrido de infra-estrutura, pobreza, cadeia produtiva da construção civil, tecnologia, mercado imobiliário.
Sem falar da participação popular, dos canais institucionalizados. Temos a dívida histórica com o movimento social.

Quanto ao processo de elaboração

Demora do processo licitatório para contratação de consultoria para elaboração da proposta técnica do PlanHab. Iniciado em 2005 levou 18 meses até o início dos trabalhos em julho de 2007. Consórcio vencedor: Via Pública – LabHab/FUPAM/USP – Logos Engenharia
Recursos do Projeto PNUD BRA/00/019 – "Apoio à implementação do Programa

Habitar Brasil - BID".
Apoio do TAL/Habitação para contratação de serviços de consultoria para subsidiar determinados temas do PlanHab. (item 5)
As normas de controle tornam cada vez mais difíceis as contratações. As empresas que atendiam as exigências do processo não tinham clareza dos novos temas (moradia popular, a questão da terra, regulamentação de subsídio, o SBPE, etc). O TR de 2005 não contemplou a mudança do cenário citado acima.
Sugiro para vocês um TR mais enxuto e mais flexível. Se fecham muito o edital vocês não tem concorrentes. Com o alerta que, se mais flexível, posteriormente gera maior controle do TCU. O desgaste é imenso; o tempo que se gasta respondendo processos de contratação, funcionários ameaçados por questões burocráticas.
O Ministério é gestor dos recursos do FGTS para moradia. Quem prepara o voto é a SNH. Os gestores é que elaboram parecer, dão diretrizes para o voto e portanto o gestor tem grande poder de indução.
O SBPE – não tinha escala para atender classe baixa (onde está o déficit). As mudanças nas normas deram maior segurança aos bancos privados para financiar habitação de mercado, e deram arcabouço institucional. Mas o setor imobiliário clama por uma mudança e querem buscar subsídio dentro do FGTS.
Nos próximos 20 anos a demanda será de atendimento das faixas até 5 SM . Há um movimento das grandes empresas de se segmentarem em pequenas empresas, buscando capital na bolsa para se aproximar da faixa de 5 SM. Para atender este mercado de média, baixa e baixíssima renda existe pressão do setor empresarial para que o plano coloque diretrizes para o SBPE.
Este segmento tem o "para-casa" de melhorar sua produção de baixa renda. É uma agenda que envolve o MCidades, o MDIC, o BNDES, BDI, para rever a cadeia da construção civil.
O plano tem que apontar temas que estão fora do mandato do MCidades. Precisamos ser estratégicos. Aproveitar a própria organização do conselho onde estão os vários segmentos.
Quanto aos grupos de trabalho interministeriais, considerando que o interesse do governo no tema está centrado no PAC (pacote de obras), optamos por reuniões de trabalho à medida que os temas foram aparecendo como o GT do sistema financeiro. Evitamos reuniões regulares. Com os agentes de governo, a gente trabalha quando tem coisas substantivas a serem discutidas e decididas.
Maior fragilidade na articulação interna no Ministério e mais calcado nos agentes externos. (item 4)
O PAC está proporcionando uma articulação programática de Habitação e Saneamento. Vemos a possibilidade de usar o plano de saneamento para fazer a articulação que não conseguimos no PlanHab. (item 9)

Estratégia de elaboração

É preciso que quem tem o mandato de elaborar e discutir o plano tenha credibilidade junto aos vários interlocutores que vão garantir a aplicabilidade do Plano.

Hoje a Inês tem mandato e credibilidade para discutir plano. As entidades empresariais, ABECIP, CBIC, etc., tem visto no plano um documento para discutir no governo as mudanças como a questão do subsídio e outras normas.
Legitimidade dos atores como os movimentos sociais, cabedal técnico e histórico da equipe de consultores (Ermínia, Raquel, Nabil). Não tínhamos acúmulo no subsídio, trouxemos a Vera... para montar os Modelos de Garantias para a operação do mercado com a baixa renda.

Temos acúmulo no tema da habitação de interesse social. Ter especialistas nos temas mas trazer gente da máquina que opera a questão para dar o contraponto da realidade do mercado. Por exemplo, no saneamento, gente que opera as companhias estaduais que tenham experiência e legitimidade.
Ter instrumentos para alavancar a produção habitacional para aquele que consegue pagar 3 a 5 SM (nosso 2º segmento). Depende do Ministério da Fazenda absorver e ajudar a estruturar estes modelos.
Propor instrumentos que tenham durabilidade para propor revisões no SBPE, OGU, FGTS.
Assegurar orçamento de subsídio anual para área de habitação, dependendo dos extratos de famílias.
Entender o País e enfrentar a diversidade regional (por ex. preço da terra)
Melhorar o arcabouço institucional jurídico e mudar o patamar para alcançar as estratégias.
Se temos os agentes a favor do processo em vários momentos, nos espaços mais diversos e paralelos que se constrói a política os atores já estarão defendendo as questões acordadas por acreditar que o plano pode mudar o cenário na direção do seu interesse.

Contextualização/perfil de déficit

Ninguém quer mais diagnóstico. Quer que o plano traga mudanças a partir deste momento. Apontar coisas que levem ao plano de ação.
Contratada a consultoria de outros agentes: Cedeplar, Fundação João Pinheiro, Observatório das Metrópoles, especialista em gasto público (SIAF – orçamento fiscal) (item 5)
Trabalho siamês da consultoria contratada com a SNH.

Cenários:
Para projetar as condições macroeconômica (taxa de juros, salário, precificação de terras e de materiais) trabalhamos com cenários do BNDES, IPEA e fizemos simulações.
Prevemos revisões periódicas para acompanhar mudanças de parâmetros da economia, que são dinâmicos.
Para assegurar a continuidade do plano, tudo que está construído está apoiado em agentes externos, instituições bem organizadas socialmente.
No governo é preocupante, não há interesse. Sem apoio do Ministro, da Casa Civil etc

PAC é programa de governo, o plano não. Pra ter eco vou ter que mostrar resultados, ações.

Articulação saneamento - habitação (Planhab/Plansan) – item 9

Os planos tem interface clara na urbanização de favelas. 60% da rubrica habitação é gasta em saneamento. Os 3,7 bilhões do PAC habitação estão dando resposta a demandas do saneamento. No tema federativo dos dois planos para quem deve ir esta fatura? Para os órgãos do saneamento? Em que nível?
Outro ponto, a questão tarifária. Tarifa diz respeito à sustentabilidade e não deve ser tratada como questão social.
E ainda, os planos locais de habitação, em elaboração pelos municípios tem interface c/ saneamento e com os futuros planos municipais de saneamento

---

2ª parte: Aspectos complementares contidos na apresentação de slides.

1. Etapas do PlanHab:
1 – Contextualização
2 – Cenários
3 – Estratégias de Ação
Finalização: 1º. Semestre de 2008

2. Monitoramento e avaliação do PlanHab - Subsídio às revisões do Plano

3. **Cronograma do processo de elaboração do Planhab**

<table>
<tr><td colspan="5">2007</td><td colspan="6">2008</td></tr>
<tr><td colspan="11"></td></tr>
<tr><td>AGO</td><td>SET</td><td>OUT</td><td>NOV</td><td>DEZ</td><td>JAN</td><td>FEV</td><td>MAR</td><td>ABR</td><td>MAI</td><td>JUN</td></tr>
<tr><td colspan="2"></td><td colspan="3"></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">Apresentação</td><td></td><td></td><td colspan="2">Contextualização</td><td colspan="2">Cenários</td><td colspan="2">1a. Proposta do PlanHab</td></tr>
</table>

4. Processo Participativo de elaboração do Planhab

4.1 - *Coordenação* – Secretaria Nacional de Habitação – Depto. de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica

4.2 - *Canais institucionais de controle social e participação*

- Comitê Técnico de Habitação do Concidades CTH/Concidades;
- Conselho Curador do FGTS – CCFGTS
- Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS
- Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação e Associação Brasileira de COHABs - ABC
- Grupo de Acompanhamento do Planhab – 12 Membros representantes dos Segmentos do Concidades
- Seminários Regionais para elaboração do Planhab (Centro-Oeste, Sudeste, Sul, Nordeste e Norte)
- Oficinas com segmentos sociais específicos, como movimentos de moradia, empresários, sindicatos, categorias profissionais etc
- Seminários com especialistas do setor habitacional e áreas afins

4.3- Situação dos trabalhos do Planhab

- Estrutura e mecanismos de participação: identificação das instâncias participativas, etapas de discussão, dinâmicas de participação e canais de divulgação e comunicação (outubro/2007 – concluído)
- Contextualização do Planhab: cenários macroeconômicos, fontes de financiamento e de subsídios, necessidades habitacionais, quadro regional, urbano e fundiário, produção formal e informal da moradia, política habitacional e programas públicos de habitação e evolução e quadro atual dos arranjos institucionais (dezembro/2007 - concluído)
- Cenários e Estratégias: cenário e diretrizes estratégicas de enfrentamento da problemática habitacional até 2023 – (março/2008)
- Arranjo Institucional e papéis dos agentes: descrição do modelo de gestão a ser adotado para a implementação do planhab, com as estruturas e mecanismos institucionais de participação e controle social (maio/2008)
- Plano de Ação, Estratégias e Mecanismos de Implementação: conjunto de diretrizes operacionais do Planhab (junho/2008)
- Versão final para debate (junho/2008)

5. Estudos

5.1 - Contratação de estudos técnicos para subsidiar a elaboração do planhab:

- Déficit Habitacional no Brasil – Fundação João Pinheiro
- Projeção da Demanda Demográfica Habitacional – Cedeplar/Ufmg
- Aplicações de Geoprocessamento para a Política de Habitação em Assentamentos Precários – Cem/Cebrap
- Capacidades Administrativas dos Municípios Brasileiros e Déficit Habitacional – Cem/Cebrap

5.2 – Déficit Habitacional- Assentamentos Informais

- estudo encomendado pelo Ministério das Cidades ao Centro de Estudos da Metrópole – Cem/Cebrap/SP:
- o estudo abrange todos os municípios de regiões metropolitanas e aqueles com mais de 150 mil habitantes.
- totalizam 560 municípios, que contêm 54,3% dos domicílios do país.

- o universo do estudo do Cem/Cebrap corresponde a 97,8% dos setores censitários classificados como subnormais no censo de 2000.
- 3,1 milhões de moradias (12,6 milhões de pessoas) em assentamentos precários

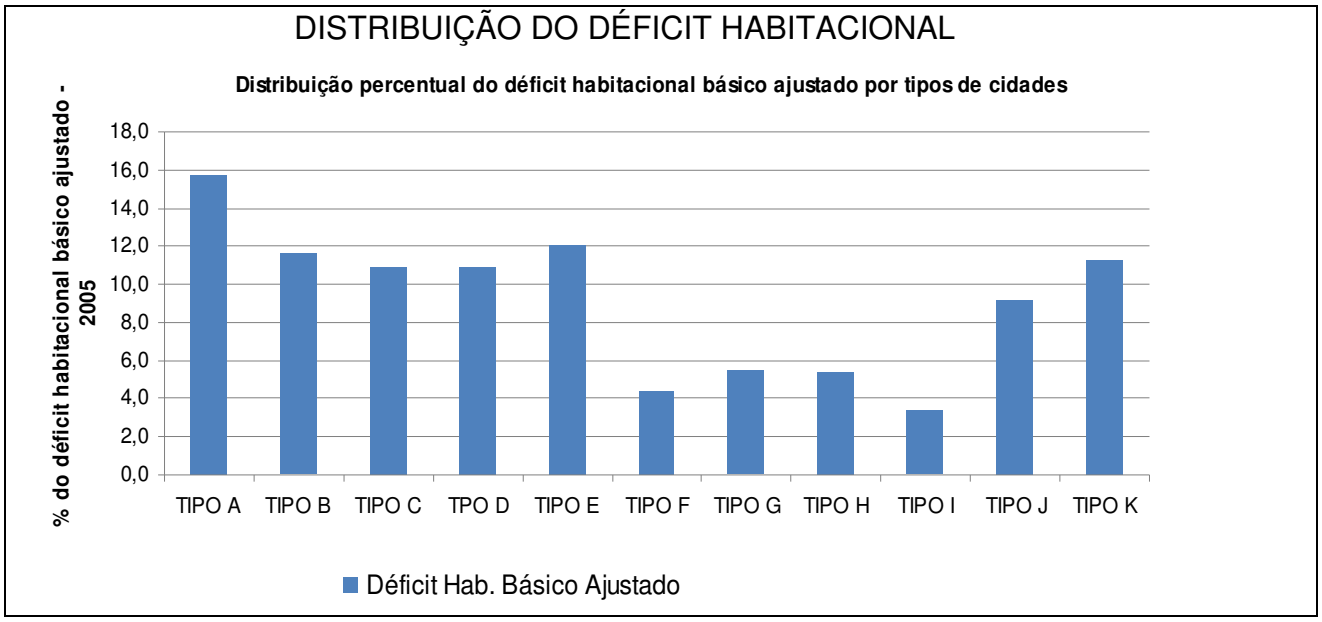
			Estudo Assentamentos Precários		
	Domicílios particulares permanentes	% De domicílios abrangidos pelo estudo	Domicílios em Setores Subnormais + Assentamentos Precários	Total de Domicílios em todos os Tipos de Setores	% de Domicílios em Setores Subnormais + Assentamentos Precários
Brasil	**44.776.736**	**54,3%**	**3.158.326**	**24.302.771**	**13,0%**

5.3 - *Cenários Macro-Econômicos*

- Crescimento do PIB – Se adotado cenário realista – 4% ao ano no período, se adotado cenário pessimista – 2,5% ao ano
- Taxa Básica de Juros (Selic) em queda – estabiliza em 4,5% real (descontada a inflação)
- Manutenção da carga tributária nos níveis atuais (35,9%) e analisado o cenário de redução da carga tributária
- Continuidade na melhoria da renda dos setores mais pobres.

5.3 – *Tipologias dos Municípios Brasileiros* - classificados em 11 tipos

- Tipos A, B, C, D, E : 575 municípios com alto déficit habitacional absoluto e altas taxas de crescimento. São municípios situados em RM's e aglomerações urbanas ou com + de 100 mil habitantes. Concentram 46% do déficit habitacional total; alta taxa de crescimento populacional que se concentram nas periferias (cresceram 30% entre 1991 e 2000).
- Tipo F – Centros urbanos em espaços rurais prósperos de 20 a 100 mil habitantes
- Alta taxa de urbanização, crescimento moderado e baixa precariedade. Prósperos, situados nas micro-regiões mais ricas do país, tem mais condições de enfrentar o déficit com recursos próprios
- Tipo G – Centros urbanos em espaços rurais consolidados de 20 a 100 mil habitantes; Níveis moderados de precariedade e pobreza, regiões de ocupação consolidada, com relativa estagnação.
- Tipo H – Centros urbanos em espaços rurais pobres e estagnados de 20 a 100 mil habitantes. Baixa taxa de urbanização (54,6%); alto déficit habitacional relativo e com concentração na zona rural (46,6%). Baixa capacidade para enfrentamento do déficit.
- Tipo I - Espaços rurais prósperos
- Tipo J - Espaços rurais consolidados
- Tipo K -Espaços rurais pobres de pouca densidade econômica - 3.819 municípios com menos de 20 mil habitantes - 35,84% do déficit total e 18,53% da população e 70% do déficit rural total



5.4 - Metodologia de Custos

- dos Produtos Regionalizados (por Estado e Tipologia de Município):
- de Construção - SINAPI;
- de Terrenos - estudos de casos, levantamentos diversos, CAIXA;
- O custo da Assessoria Técnica será acrescido ao custo do produto cesta, nas modalidades cesta exclusiva e cesta + lote urbanizado;
- demais custos (infra, BDI, projetos) - levantamentos diversos.

6. Financiamento Habitacional

6.1- *Desafios*

- Escala – déficit quantitativo, qualitativo e demanda projetada
- Baixa capacidade de pagamento das famílias
- Alto custo do bem habitação
- Complexidade do financiamento em longo prazo

6.2 - *Pressupostos da Política de Financiamento*

- Articulação FNHIS e FGTS para atendimento dos grupos prioritários das necessidades habitacionais;
- Necessidade de otimizar e harmonizar os recursos destinados a subsídio;
- Estabelecimento de novas metas e diretrizes para as fontes:
  - FNHIS: garantir no mínimo a manutenção do patamar de dotação orçamentária estabelecido com base no período 2008-2011;
  - FGTS: redução do custo operacional com incremento da contribuição deste Fundo para a questão habitacional, com base no seu potencial efetivo.

6.3 - Sistema de Financiamento e Subsídios

- Maximizar as principais fontes de financiamento hoje disponíveis: FNHIS, FGTS e SBPE

- Estruturar um modelo de garantias e seguros
- Desenhar um novo modelo de subsídios
- Buscar fontes alternativas
- Caracterização da demanda em grupos de atendimento
- Adequação – funding X grupo de atendimento (demanda solvável

6.4 - Metodologia – Estratificação em Grupos de Atendimento

- Grupo I – Famílias sem renda ou com renda líquida abaixo da mínima necessária à assunção de um compromisso de retorno regular e estruturado (abaixo da linha de financiamento);
- Grupo II – Famílias com renda mensal que lhes permite assumir algum compromisso de pagamento mensal regular e estruturado e acessar financiamento imobiliário, mas com alto risco de crédito para os Agentes Financeiros em decorrência de suas rendas informais e reduzidas e das precárias garantias oferecidas para o financiamento;
- Grupo III - Famílias com renda mensal que lhes permite assumir compromisso de pagamento mensal e acessar financiamento imobiliário, nem sempre suficiente para acessar uma moradia adequada e, com moderado risco de crédito para os Agentes Financeiros;
- Grupo IV – Famílias com capacidade de pagamento regular e estruturada, com plenas condições de assumirem compromisso de pagamento mensal relativo a financiamento imobiliário, em valor suficiente para acessar uma moradia adequada, desde que em condições acessíveis (perfil do FGTS), pois possuem empregos e rendas estáveis e são capazes de oferecer garantias reais para os financiamentos contraídos;
- Grupo V – Famílias com plena capacidade de acesso a um imóvel adequado às suas necessidades, através de esquemas de financiamento de mercado (SBPE e outros).

7. Arranjos Institucionais

- Implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
- Papel dos entes federativos – União, Estados, Municípios
- Estrutura institucional do setor habitacional dos estados e municípios (órgão gestor, fundo, conselho e agente promotor)
- Novos arranjos institucionais: parcerias público-privadas e formas de gestão pública não estatais
- Critérios para distribuição dos recursos e definição das contrapartidas

8. Relação com a Questão Urbana

- Quantificação da necessidade de terra
- Impacto da produção habitacional sobre a questão urbana e fundiária
- Planos Diretores e o papel dos novos instrumentos urbanísticos sobre o preço da terra
- Localização da habitação nas cidades
- Qualidade do projeto habitacional (inserção urbana, densidades, espaço público etc)
- Legislação urbanística

9. Interfaces com o Plano Nacional de Saneamento

- Urbanização de Assentamentos Precários:
  - Interface no PAC – saneamento integrado
  - Investimentos em infra-estrutura (saneamento, drenagem, etc)
- Papel das empresas concessionárias de saneamento no arranjo institucional
- Questão tarifária dos serviços de saneamento para as famílias de baixa renda
- Orientações para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento: relação com os Planos Locais de Habitação (municipais e estaduais)

10. Questões a partir da experiência de elaboração do Planhab

- Ausência de estudos técnicos consolidados e de abrangência nacional em determinados temas habitacionais (ex.: cadeia produtiva da construção civil)
- Prazo e disponbilidade recursos para elaboração do Plano
- A política habitacional não é de competência institucional exclusiva da Secretaria Nacional de Habitação (articulação com demais atores do Governo Federal)
- Promover a participação social de forma a legitimar e pactuar propostas do Plano
- Promover o planejamento concomitante ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Nacional de Habitação

11. Agenda Planhab - 2008

25 - 29/02 – Reunião com segmentos do ConCidades
18/03 – Oficina sobre custos e tipologias habitacionais
26/03 – Oficina sobre a Questão Urbana e Fundiária
27/03 - Oficina para definição de Metas e Prioridades
28/03 - Oficina sobre Custos de Urbanização de Assentamentos Precários
31/03, 01 e 02/04 – Reunião do ConCidades
09/04 - Oficina sobre a Cadeia Produtiva da Construção Civil
15/04 – Apresentação da situação dos trabalhos do PlanHab ao GAP - Conselho Curador do FGTS (manhã)
15/04 – Audiência Pública: Comissão de Desenv. Urbano da Câmara dos Deputados (tarde)
16/04 – XI Marcha dos Prefeitos
17/04 – Apresentação na ABECIP (São Paulo)
24/04 - Encontro Fórum de Secretários de Habitação e COHABs
12/05 – Reunião sobre a elaboração do Plano Nacional de Saneamento
21/05 – Reunião com Ministério da Fazenda e Tesouro Nacional
02/05 – Reunião sobre o Plano Nacional de Saneamento
04/06 – Reunião com Grupo de Acompanhamento
16/06 – Reunião com CGFNHIS
18/06 – Lançamento da PEC Habitação
Final de Junho – Reunião com Comitê Técnico de Habitação

3. PLANO NACIONAL DE COMBATE A DESERTIFICAÇÃO E SEMI-ÁRIDO - PAN

Apresentação: José Roberto da Silva – CTC/SEDR/MMA

Existem 3 convenções mundiais na área ambiental: mudança climática, perda da biodiversidade e combate à desertificação. Os países tratam de forma desigual estes 3 temas. Desertificação (a UNCCD) é considerada a convenção dos pobres, a única que combate a pobreza, , a que tem menos recursos, menos interesse dos países e menos divulgação. Hoje, 30 a 35% das áreas do planeta estão fora do processo produtivo e representam 30% da produção mundial de alimentos. No Brasil o tema da desertificação começou a ser falado em 2003. Foi criado no MMA uma secretaria de diversidade biológica, uma secretaria de clima, mas o tema da desertificação tem apenas uma representação (Coordenação de Combate à Desertificação) dentro de uma diretoria. Havia intenção da ministra Marina Silva de criar uma secretaria.
Por determinação da convenção da ONU o Brasil tinha a obrigação de fazer um plano de combate à desertificação. Que estratégia adotar: contratar consultores ou tornar o processo elaboração num processo de disseminação sobre a desertificação e de buscar aliados, ampliar atores e incluir o tema na agenda nacional como questão sócio ambiental de impacto (semi-árido é sinônimo de pobreza, abandono).

Estratégia adotada:
O que norteou foi a segunda opção, foi introduzir o tema da desertificação nas questões nacionais. Hoje conseguimos pautá-lo na imprensa, somos programa do PPA que está presente em ações de vários ministérios. Os 11 estados do semi-árido já estão elaborando programa e outros 4- MG, BA, SP,... que começam a sentir o impactos da desertificação, já estão elaborando seus programas.

- Partiu-se de organização da sociedade civil, a ASA – Articulação do Semi-Árido, formada por 1000 ongs que atuavam no Nordeste,;
- Criado Grupo de Trabalho Interministerial – GTIM (portaria 265/03) formado por: MMA/ANA, MAPA/Embrapa, MDA, MEC,MCT, MIN(Dnocs, Codevasf, Sudene), MPO, MDS e mais Governos dos 11 estados, cooperação internacional e a ASA. Um aspecto importante os representantes dos ministérios eram pessoas com poder de decisão, ligadas diretamente aos gabinetes dos ministros.
- Para atender a Convenção tem o governo indica um ponto focal político, o Itamaraty e um ponto focal técnico, o MMA .
- Para chegar à comunidade e outros órgãos, e seguindo a estrutura da CCD - Convenção de Combate à Desertificação, foram criados estruturas descentralizadas nos 11 estados de interlocução governo e sociedade:
    - dentro das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente a figura do Ponto Focal Estadual, interlocutor direto com o Ponto Focal Nacional na relação institucional sobre as questões de desertificação.

- um ponto focal da sociedade civil que fazia o diálogo pra dentro dos grupos afetados.
- e um ponto focal dentro das assembléias estaduais, fazendo o tripé político+administrativo+ social. A relação com as assembléias foi construída a partir um grupo parlamentar articulado dentro da Câmara dos Deputados
- Fragilidade: faltaram os municípios e empresários. Os municípios só via sociedade civil

A articulação institucional partiu do Ponto Focal Nacional da CCD+ GT-Interministerial, os Pontos Focais Estaduais Governamentais, não Governamentais e Parlamentar, + GT Parlamentar + GT-Câmara dos Deputados/ASA.

Objetivo Geral do PAN:

Estabelecer diretrizes, instrumentos legais e institucionais para otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas ASD (Áreas Suscetíveis à Desertificação), visando o desenvolvimento sustentável

Foco do Pan Brasil

O Pan Brasil abrange uma área de 15,7% do território brasileiro (1.338.076 km2); 1.482municípios e 18,6% da população do País (31.663.671 habitantes) em 2000
O foco é apoiar o desenvolvimento sustentável nas Áreas Suscetíveis à Desertificação, por meio do estímulo e da promoção de mudanças no modelo de desenvolvimento em curso nessas áreas.
O combate à pobreza e às desigualdades é o elemento norteador dessa mudança, aliado à recuperação, preservação e conservação dos recursos naturais.

O que o governo fez e estava fazendo:

1. Levantamento de classificação das ações de todos os parceiros em 3 categorias:

- ações que não sabiam da convenção da ONU e potencializavam a desertificação
- grupo de ações que sabiam da ONU mas contribuiam para a desertificação
- e o 3º grupo, menor, sabia da convenção e não ampliava a desertificação

2. 11 Seminários estaduais organizados pelos 3 pontos focais –governo, assembléia legislativa e sociedade civil.
3. 2 Seminários Nacionais (sistematiza, organiza, e devolve organizado como ações. Não só diretrizes mas reorienta ações. Exemplo: revisão do projeto do São Francisco
4. Não é um plano fechado – é um pacto entre governo e sociedade e a proposta que seja revisto a cada 8 anos e que é revisto no PPA
5. Comissão (está dependendo da assinatura do presidente)

Avaliação

Nossa grande fragilidade no processo. Foi penoso no Ministério (sem recurso, sem equipe) mas conseguimos uma interlocução maior com as populações afetadas. Conseguimos por ser uma área delimitada no território. Existe hoje a proposta de criar a Secretaria de Combate à Desertificação
A maioria dos recursos foram externos. Recursos internacionais e depois de vários parceiros no governo federal como Denox, INPE, avanços:

- Permanência do grupo parlamentar no Congresso. Recursos de emenda parlamenta para o programa é maior que OGU.

O trabalho é reconhecido internacionalmente, coordenamos grupo no Mercosul e CPLPortuguesa e troca de experiência para países da América Central e coordenamos no grupo internacional o projeto da convenção para 10 anos.
O Pan usou a metodologia de planejamento do projeto Áridas da década de 90 (pegar metodologia) e que não deu certo porque foi desmantelado o planejamento. Projeto úmidas em Rondônia para substituir o planaflor.
O envolvimento do grupo dos ministérios foi empolgante e cada participante levava o projeto dentro do seu ministério. Tinham força por estarem ligados diretamente aos ministros, com poder político de decisão. Só do MIN tinha o Denocs, Sudene e Codevasf. Reuniões regulares e feitas com grande boa vontade do grupo. O grupo Não se decide por maioria e sim por unanimidade. A regra é negocia, negocia, negocia, senão cria aresta

Ações Nacionais Desenvolvidas

- Integração de Políticas e Programas: Plano de Desenvolvimento Regional (MIN); P1MC e P1+2 (OSC/MDS); Plano Nacional de Recursos Hídricos; Revitalização do São Francisco (CODEVASF – MIN/MMA) e Educação (MEC e RESAB)
- Diagnóstico da situação nos 11 Estados
- Planos Estaduais de Combate à Desertificação
- NUPERAD (ZEE-GILBUÉS/PI)
- Treinamento de Agentes locais
- Treinamento de agricultores dos Núcleos (MAPA)
- Pró-Água Ante-desertificação (MIN)
- Curso de Pós-Graduação (MEC/UFCG)
- Programa de Formação de Professores (MEC)
- Pequenos Projetos Comunitários
- PASA (MIN e MMA)

Ações Desenvolvidas para o Fortalecimento da UNCCD

- Intersessional Intergovernmental Working Group (IIWG) - Plano Estratégico de Implementação da Convenção para os próximos 10 anos
- MERCOSUL - Criação do GTCD e Elaboração da Estratégia MERCOSUL
- Convenção dos Países de Língua Portuguesa - Acordo de Cooperação e elaboração de uma Plano Estratégico

- América Latina e Caribe

Respostas de políticas Integradas:
Melhoria do Conhecimento

- Fortalecimento da Rede de Pesquisadores do Semi-Árido
- Seminário Nacional
- Cursos de Pós-Gradação Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido; Curso de Mestrado; Integração com mestrados na Argentina, Chile e Peru

- Projeto Áridas
- Seminário Latino Americano de Pesquisadores; Comitê Latino-americano de Pesquisadores em CD e Comitê Nacional em CD
- Semi-Luso (CPLP)
- GT Ad Hoc Mercosul

Preservação e conservação ambiental para melhoria das condições de vida das populações afetadas

Redução da vulnerabilidade aos processos de desertificação e aos efeitos das mudanças climáticas

Sugestão:

Criar aliados - Quem vai executar, quem receber o beneficio tem de estar desde o início, se ver refletido, para fazer acontecer e não apenas validar.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

1. **Histórico Institucional**

- 1993 - Projeto BRA-93/36 para Elaboração Plano Nacional de Combate à Desertificação (Itamaraty/Fundação ESQUEL)
- 1994 - Gabinete Ministro MMA - a Execução e FGEB, a agência Implementadora
  - - Estudos preliminares
  - - Elaborada as Diretrizes da Plano Nacional de Combate à Desertificação no CONAMA
  - - Identificação e confirmação dos Núcleos Desertificados: Gilbués, Irauçuba, Cabrobó e Seridó

2. Conceitos:
Desertificação: é a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre elas as variações climáticas e atividades humanas.
Degradação da Terra: significa a perda ou redução da produtividade econômica ou biológica dos ecossistemas secos, causadas pela: erosão do solo; deterioração dos

recursos hídricos e perda da vegetação natural. Degradação do solo é fator de desertificação.
Secas: chuvas menos freqüentes e mais concentradas enchentes, maior radiação,muda a química do solo que fica mais frágil e é levada à desertificação.

3. Extensão da Desertificação no mundo

- As áreas secas atingem 33% da superfície emersa do planeta
- As áreas susceptíveis abrigam mais de 2,6 bilhões de pessoas, 42% da população mundial
- Cerca de 22% da produção mundial de alimentos são oriundos de áreas susceptíveis a desertificação

4. Áreas suscetíveis à desertificação no Brasil

- *Caatinga* (savana estépica): 56% da área está alterada por atividades antrópicas. Apenas cerca de 4% da Caatinga estão protegidos por Unidades de Conservação Federais e Estaduais.
- *Cerrado* (savana): alteração de 67% de sua área por atividades antrópicas. Atualmente, apenas 20% da área do bioma estão conservados e em torno de 6% das áreas estão protegidos por Unidades de Conservação Federais e Estaduais.
- 2050 é previsto o fim do semi-árido no Brasil.
- 1 milhão de pessoas deixaram as áreas rurais nas ASD entre 1991 e 2000